

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Desiree Marcelo

A ESCOLA EM MINHA VIDA: *A influência escolar nos processos de formação de um sujeito com deficiência.*

Porto Alegre

1º Semestre

2014

Desiree Marcelo

A ESCOLA EM MINHA VIDA: *A influência escolar nos processos de formação de um sujeito com deficiência.*

Trabalho de conclusão de curso apresentado à comissão de graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliana Maria Passerino

Porto Alegre

1º Semestre

2014

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, pelo carinho, amor e paciência dedicados a todos os anos de minha vida...

Agradeço a minha orientadora Liliana, que foi com quem passei quase 3 anos de minha trajetória acadêmica, pelos muito ensinamentos, por ter me proporcionado experiências ricas na minha vida e é claro pelos muitos puxões de orelha que só vieram a somar em minha trajetória como professora...

Agradeço aos meus amigos que torceram por mim quando iniciei a difícil, mas prazerosa jornada de formação acadêmica.

Agradeço ao Lauro, namorado e companheiro, que esteve ali dando força neste último ano, sempre com palavras de coragem quando por muitas vezes pensei em desistir.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, todos os que tive, que de alguma maneira me ensinaram muitas coisas....

Agradeço a Prof^a Ana Paula Fonseca e a Escola Maria Cristina Chiká, e toda sua equipe, pelo apoio em todas as praticas pedagógicas realizadas na escola , nestes últimos 4 anos.

Agradeço por último, mas não menos importante a todas as crianças que foram meus alunos, em todas as escolas e experiências que tive, pois aprendi o que de fato é ser professor, convivendo e aprendendo com eles a cada dia em sala de aula.

SUMARIO

1.INTRODUÇÃO.....	6
2.A Instituição e a inclusão de pessoas com deficiência: uma história antiga.....	9
2.1O Sujeito com deficiência na escola.....	16
2.1.1Escola Inclusiva: o papel do professor na constituição do sujeito.....	18
2.2 Estigma, representação e posição social.....	20
2.3 Acessibilidade.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERENCIAS	

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência é discutida em toda a sociedade, no entanto nesta pesquisa pretende salientar a importância de uma reflexão acerca da influência das ações das instituições escolares sobre o processo de formação acadêmica e profissional destes sujeitos. A pesquisa tem como objetivo investigar que ações, institucionais influenciaram na inclusão de alunos com deficiência, no sistema de ensino regular. Para identificar que marcas deixadas por estas ações refletem-se na trajetória escolar, acadêmica e profissional destes sujeitos. Como metodologia de pesquisa, devido a riqueza da oralidade do sujeito pesquisado, foi escolhido o método História ou Narrativa de Vida. Nesta mesma direção foi necessária a aplicação de uma entrevista semi estruturada e flexível, para conhecer o sujeito da pesquisa, sua trajetória, limitações e suas impressões referentes às mudanças ocorridas na inclusão de pessoas com deficiência, tendo como base sua própria trajetória de vida e trajetória escolar. Após, os estudos realizados conclui que os investimentos institucionais na formação do sujeito pessoas com deficiência esta aquém do desejável, contudo a sim uma transformação na estrutura curricular e educacional, que consideravelmente vem mobilizando os fazeres docentes e as instituições a refletirem acerca das potencialidades das pessoas com deficiência e possíveis estratégias didático-pedagógicas para o desenvolvimento pleno destas potencialidades e formação profissional.

PALAVRAS CHAVE: Estigma. Formação. Deficiência.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo história de vida que tem como epicentro a história de vida de uma pessoa com deficiência. Esta pesquisa baseia-se, então, na necessidade de discutir e aprofundar-se no tema da inclusão de pessoas com deficiência no regular, visando responder a seguinte questão: **De que forma a escola influencia na trajetória do sujeito A até sua inserção laboral?**

A inclusão de pessoas com deficiência é discutida em todos os âmbitos da sociedade, contudo são criadas, não somente nas instituições, mas em diversos outros espaços inúmeras ações para que se de o processo de inclusão dos sujeitos com necessidades especiais, no entanto nesta pesquisa não se tentará criar métodos, nem ao menos contestá-los, mas salientar a importância de uma reflexão acerca da influência das ações das instituições escolares sobre o processo de formação acadêmica e profissional das pessoas com deficiência.

A pesquisa teve como objetivo principal investigar que ações, sejam elas físicas, atitudinais ou educacionais, influenciaram na inclusão de uma aluna com deficiência, no sistema de ensino regular visando identificar as marcas deixadas por estas ações na trajetória escolar, acadêmica e profissional.

Do sujeito da pesquisa e da pesquisadora, o começo de uma trajetória

Durante 2 anos e meio de minha trajetória acadêmica trabalhei como bolsista de do projeto SolAssist – Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas, que é um projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa TEIAS – Tecnologia em Educação para Inclusão e Aprendizagem em Sociedade, constituído por pesquisadores vinculados à Linha de Pesquisa Educação Especial e Processos Inclusivos e da linha Informática na Educação do PPGEdu/UFRGS.

A partir das experiências que envolvem Tecnologias Assistivas já desenvolvidas a pesquisa pretende fornecer e desenvolver soluções que ajudem nos processos de inclusão de pessoas com deficiência nas organizações produtivas. Busca também a construção de conhecimento

multidisciplinar sobre as relações homem-sociedade-tecnologia com ênfase na aprendizagem ao longo da vida. Investiga o entrelaçamento da Educação, Tecnologia e Inclusão com ênfase no uso de tecnologias na educação para a promoção de processos inclusivos.

Foram realizados alguns encontros e entrevistas para que pudessemos estabelecer uma aproximação com os participantes voluntários da pesquisa, e durante estes encontros conheci A, pessoa com deficiência física, que depois ter realizado uma entrevista para o grupo SolAssist se mostrou disposta a também compartilhar de sua trajetória escolar, a fim de contribuir para meu trabalho.

Realizamos uma entrevista informal, como uma pequena conversa onde A pode falar de si, e de sua trajetória como estudante do ensino regular, vou deixar que ela mesma se apresente:

*A – Meu nome é A. S, tenho 25 Anos, sou formada em psicologia, sou formada ha um ano e quatro meses, formada pela PUC e atualmente sou Assistente de Rh, no Grupo RBS. Sou responsável pelas atividades de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência. Minhas deficiência é muito rara, em todo o RS, eu acho que tem umas 6 ou pessoas como eu, e no mundo todo, fui uma vez a uma Geneticista e ela me disseuqe que no mundo tinham umas 90 pessoas como eu, é uma deficiência rara, o nome é Síndrome de Greb, ela causa encurtamento dos membros superiores e inferiores, devido a tentativa de aborto ou casamento cosanguineo, meu caso foi estudado, não sabem o que aconteceu, porque nao houve tentativa de aborto e nem casamento cosanguineo, Deus escolheu a minha mãe.
(Excerto da entrevista)*

Pessoa com deficiência é o indivíduo que apresenta comprometimento na capacidade motora, nos padrões considerados normais para a espécie humana, pode ser definido como uma desvantagem, pois resulta de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho motor. Os tipos de deficiência física são: a hepiglegia, que é a paralisia da parte direita ou esquerda do corpo, a paraplegia, que é a paralisia dos membros inferiores, ou seja, das pernas, e a tetraplegia que é a paralisia dos quatro membros, sendo assim dos braços e pernas.

Da metodologia

Como metodologia de pesquisa, devido à riqueza da oralidade do sujeito pesquisado, foi escolhido o método História ou Narrativa de Vida. Para Laville (1999) história de vida é uma “narração autobiográfica, uma vez que a própria personagem que a constrói e a produz, estimulada, mas o menos possível, influenciada, ou orientada, pelo pesquisador que deve se mostrar discreto”.

Nesta mesma direção foi necessária a aplicação de uma entrevista semiestruturada e flexível, para conhecer o sujeito da pesquisa, sua trajetória, limitações e suas impressões referentes às mudanças ocorridas na inclusão de pessoas com deficiência, tendo como base sua própria trajetória de vida e trajetória escolar.

Como objetivos decorrentes da pergunta inicial, a pesquisa busca responder:

- *Como a instituição se adaptou para atender as necessidades do sujeito?*
- *Quais investimentos foram feitos?*
- *De que maneira estas mudanças, sejam elas: físicas, atitudinais, educacionais, contribuíram para a formação profissional?*
- *Que benefícios o processo de inclusão escolar pode trazer para a autoconstrução da imagem do pessoa com deficiência?*

Para responder as inquietações e fomentar a reflexão desta pesquisa foram consultados diversos autores e documentos de domínio público, que se debruçam sobre a temática da inclusão escolar de pessoas com deficiência, tais como, Hugo Otto Beyer, Peter Mittler, Vygostky, Erving Goffman, além, entre outros autores que dedicam suas pesquisas a inclusão, além de consultar aos documentos oficiais norteadores das Políticas Publicas na perspectiva para a inclusão.

O presente estudo esta dividido em introdução, onde apresento o sujeito da pesquisa, minha trajetória de pesquisa nos 3 anos finais da graduação, a questão norteadora da pesquisa bem como o objetivo da mesma. O

desenvolvimento se dá no bloco analítico que compreende os itens 2, onde situo as políticas e os primeiros movimentos pela inclusão de pessoas com deficiência e a inserção de A no ensino regular, itens 2.1 e 2.1.1, em que destaco a escola inclusiva e a importância do professor neste processo, Item 2.2, que trago os conceitos de estigma, representação e posição social como fatores muito importantes para a formação da pessoa com deficiência e por fim item 2.3, refletindo sobre as políticas de acessibilidade na inclusão escolar das crianças com deficiência, seguido das considerações finais desta pesquisa.

2. A INSTITUIÇÃO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA TRAJETÓRIA

A inclusão escolar e social de pessoas com deficiência é recente em nossa sociedade. Ao longo da história da humanidade o “diferente”, o “anormal” (isto é, fora do que se considera a norma) sempre foi visto de forma depreciativa.

Os grupos sociais, tendem a homogeneizar as pessoas do grupo ao qual pertencem, criando normas e critérios determinando quais são as atitudes aceitáveis para a permanência naquele determinado círculo social (GOFFMAN, 1988). Contudo até o século passado em nossa sociedade, os indivíduos com deficiência, ou seja, desviantes do padrão, eram considerados inferiores, passíveis de exclusão do convívio social e de muitas outras práticas.

Para Disching e Machado (2006) deficiência é o termo usado pela *International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps (ICIDH)*, traduzida em português como *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens*, trazendo termos avançados em relação a épocas anteriores.

Essa classificação foi lançada em 1976, em Assembleia Mundial da Organização Mundial da Saúde para definição da deficiência que é compreendida como uma manifestação corporal ou como a perda de uma estrutura ou função do corpo, a falta de mobilidade ou capacidade refere-se ao plano funcional, desempenho individual e a desvantagem diz a respeito à condição social de prejuízo, resultante da deficiência ou da incapacidade. A expressão pessoa com deficiência pode ser aplicada referindo-se a qualquer

pessoa que possua uma deficiência e que estão sob o amparo de uma determinada legislação.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Instituto dos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e os Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MAZZOTTA, 1996, p. 75).

Os primeiros movimentos de educação de pessoas com deficiências começaram no final do século XIX (JANNUZZI, 2004), contudo foi a partir da década de 60 que esta população começou a receber um atendimento de forma mais consistente.

Segundo Jannuzzi (1985), a educação da pessoa com deficiência se concentrava especialmente no ensino de trabalhos manuais aos mesmos, na tentativa de garantir-lhes meios de subsistência e isentar o Estado de uma futura dependência destes cidadãos. A abordagem que fundamentava o conceito de deficiência naquele momento era o modelo médico, que perdurou até meados de 1930, quando foi gradualmente substituído pela pedagogia e psicologia.

Nas instituições destinadas a atender as pessoas com deficiência as atividades eram de cunho terapêutico, muitas vezes individual com pouca ou nenhuma ênfase na aprendizagem em si. Esta visão implicava em não reconhecer a pessoa com deficiência como um aprendiz, um “educável” especialmente quando se tratava de pessoas com deficiência intelectual. A questão que se estabelecia era “a capacidade de se alfabetizar”, que na maioria das vezes parecia sem maiores perspectivas, já que a expectativa na capacidade de formação e desenvolvimento social destes indivíduos era pequena. Contudo um dos destaques nas primeiras práticas com crianças com deficiência foi Maria Montessori, que fundou a Casa das Crianças em 1907, e

que tinha o objetivo principal de oferecer educação para as crianças ditas anormais.

A partir das décadas de 60 e 70 pessoas com deficiência ganharam uma maior visibilidade na sociedade, contudo a discriminação e preconceito persistiram e de uma maneira mais velada ainda pairam sob esses indivíduos. Conseqüentemente a escola passou a se preocupar com o atendimento desta parcela da população, que anteriormente estava à margem do convívio social e escolar, e foi neste momento que a educação especial surgiu no país e as iniciativas de mudança no sistema público educacional foram firmadas.

Em 1994 a Declaração de Salamanca institui que as escolas de ensino regular são os meios mais eficazes de combater as ações discriminatórias e que os alunos com necessidades especiais devem ter acesso ao ensino regular, apoiando-se no princípio que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006,p.330).

Segundo Mittler (2003), matricular estes alunos com deficiência vai para além das práticas de reforma física do ambiente da escola, o estar junto, mas não necessariamente estar em interação cria um descompasso nas relações e não garante a inclusão destes indivíduos no convívio, práticas escolares e nem alicerça as possíveis relações sociais.

Concomitantemente a este movimento de reconceitualização Educação Especial aprovação no sistema transversal educacional, a área vivenciou um crescimento teórico-prático significativo que trouxe conseqüências diretas para o tipo de atendimento até então prestado às pessoas com deficiências.

Ao propor um estudo sobre o tema da inclusão escolar, foi necessário voltar ao passado e procurar, na história do país e do sujeito estudado nesta pesquisa, elementos que ajudem a pensar presente educação inclusiva. Em 1989 nasceu A, em um momento que a educação já discutia a possibilidade de universalizar a educação e incluir as crianças com deficiência, nos processos regulares de ensino extinguindo as “classes especiais”.

Estudando este movimento percebi que sua emergência se deu no Brasil por volta de 1997, dois anos após o ingresso de A no ensino regular. Neste período (1995 e 1999) a política pública tinha como prioridade fundamental

incentivar a universalização do acesso ao ensino fundamental e melhorar a qualidade do atendimento escolar.

Em 1995, ano em que o sujeito A, ingressa de fato na vida escolar, a educação estava vivendo um momento de estudo de como seria receber as crianças com deficiência na escola, as famílias pensavam na possibilidade de maior abertura e oportunidade para os filhos com deficiência, contudo precisava-se de preparo, não físico, mas de conhecimento sobre o que seria tornar a escola acessível a estas pessoas, baseando-se nisso destaca uma das falas de A, quanto a sua chegada na escola de ensino regular:

*A - A escola em si teve que se preparar muito, o que que eu precisava, naquela época era o primeiro momento que eu estava ficando sozinha, sem a minha mãe, **então era tudo novo pra mim, para os meus pais e para os professores[grifo meu]**. Então o primeiro momento foi entender, quando ela quiser ir ao banheiro? Como que vai ser? Como ela vai subir a escada? Sera que precisa de algum junto? Pra subir na cadeira, o que ela precisa? Então foram uma ou duas semanas de estudar a criança e entender o que que ela precisa.
(Excerto da Entrevista)*

O objetivo da Educação Especial era integrá-los o mais próximo possível dos ambientes oferecidos às pessoas ditas “normais”. Com esse movimento, o termo integração escolar ficou conhecido nos cenários nacional e internacional. De acordo com Beyer,

A partir da década de 70, esta ênfase passou por alterações significativas, de um conceito de *mainstreaming* ou de sistema escolar de “cascatas”, em que a integração do aluno se dava em níveis graduados, conforme suas possibilidades de manter-se num sistema escolar menos segregado, para uma ideia mais radical de adaptação das escolas regulares, para atender todos os alunos com necessidades especiais, independente do tipo e grau de deficiência (2006, p.26).

A proposta objetivou encontrar um lugar para que as crianças que estavam fora da escola tivessem oportunidade de estudar na classe regular, quando possível, e na escola especial, se necessário fosse. O movimento vem a ser conhecido como “movimento pela integração”, além de nomenclaturas

foram surgindo, e, em consequência, outros entendimentos. Juntamente com a necessidade de normalizar os corpos, surge a necessidade de nomeá-los. O conceito de “necessidades educativas especiais” aparece como um exemplo de mudança para a época, embora ainda se priorizasse a ideia de normação dos indivíduos.

Em 2007, ano em que A ingressa na universidade é lançado o Plano de Desenvolvimento da educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

No documento do MEC, *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões princípios e programas*, é reafirmada a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento as necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino. (2007, p. 09).

A Política Nacional de Educação Especial, para Educação Inclusiva de 2008, foi um marco legal, político social e cultural na educação brasileira, com isso nasce uma nova concepção de educação especial, não substituindo a educação comum, mas sendo complementar ou suplementar ao ensino oferecido nas salas de aula.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, ratificada pelo decreto 6949/2009, assimilada à Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 24 consta:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo da vida toda, com os seguintes

objetivos: a. O pleno desenvolvimento do potencial e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana; b. o desenvolvimento Máximo possível da personalidade e dos talentos e criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais; c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. (ONU,2006).

A partir desta convenção que veio como marco legal complementar às políticas já existentes, o país assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, porém é necessário assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino, mas sim pensar medidas que efetivem o pleno acesso a educação que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social.

Neste mesmo período A estava vivendo o início da inserção no mercado de trabalho, ao passo que a escola, mesmo a passos lentos, no ano de 2008, já havia realizado profundas mudanças, no que se refere à inclusão, ao passo que as empresas estavam iniciando o processo de adaptação e contratação de pessoas com deficiência.

A chamada Lei de Cotas, Lei 8.213 de 24 de julho 1991, completou na 21 anos desde a sua sanção. Segundo o site do Governo Federal, atualmente, existem cerca de 306 mil pessoas com deficiência formalmente empregadas no Brasil. Desse total, cerca de 223 mil foram contratadas beneficiadas pela Lei de Cotas, o que comprova a importância da Lei. Ela prevê que toda empresa com 100 ou mais funcionários deve destinar de 2% a 5% (dependendo do total de empregados) dos postos de trabalho a pessoas com alguma deficiência.

O desafio da empregabilidade para quem possui alguma deficiência, segundo a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é fazer com que os empresários acreditem em sua capacidade produtiva. A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional são apontadas como as principais causas da não contratação de pessoas com deficiência, além da adaptação necessária na estrutura física das organizações, para que os espaços possam ser adequados ao trabalho e ao deslocamento dos profissionais. De acordo com o art. 2º da Lei 10.098/2000,

acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei de Cotas reafirma a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê em seu artigo 27, que o estado reconhece o direito das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades e que esse direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceitação, em um ambiente inclusivo e acessível. Resgato uma fala de A, para ilustrar o processo de inserção laboral e os investimentos iniciais percebidos nas empresas nas quais trabalhou:

*A - O que foi diferente foi nas empresas, no hospital foi o mais marcante, pois eu tinha que atender normalmente no leito e a cama é alta, então o paciente não me via. **E os médicos como já me conheciam adaptaram uma escadinha. Havia um primeiro momento com o paciente e comigo para eu ganhar a confiança, e foi bem marcante por terem pensado na minha adaptação [grifo meu].** Na metalúrgica, como trabalhavam com ferro eles adaptaram tudo, **pensaram em toda estrutura [grifo meu].** Aqui no grupo RBS, não foi muito, pois eu caminho muito e eles estão indo aos poucos, mas já teve um avanço.. Vocês já devem ter visto no elevador, o botão é bem baixo e o motivo sou eu. Além de mim tem vários cadeirantes que precisam disso, aqui no terceiro andar, baixaram o bebedouro e o principal é o caixa eletrônico. **Estamos tentando levar para outras empresas, pois pessoas de baixa estatura não conseguem usar o caixa eletrônico [grifo meu],** então eles bolaram uma escadinha que eu posso levar para vários lugares porque tem quatro caixas aqui no térreo e eu utilizo dois, e isso foi o melhor assim, na questão da acessibilidade. E em qualquer lugar que eu vou eu tenho que sempre pedir ajuda ainda mais em banco que acaba com a minha independência, por isso que aqui marcou bastante.*

(Excerto da Entrevista)

Destaco as partes grifadas, como importantes de serem problematizadas, no que se refere à implementação de recursos para a inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência. Como aparece na fala de A, o desenvolvimento de recursos para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho, vem acontecendo de maneira lenta e gradual, conforme o numero de pessoas que necessitam de recursos vem ingressando nas empresas e o interesse da empresa em promover o melhor desempenho

destes funcionários nas suas funções, conseqüentemente trazendo benefícios a empresa.

2.1 O Sujeito com deficiência na escola

A inclusão vem rompendo com muitas barreiras, entre elas os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas. Contestando os fundamentos dos sistemas educacionais, busca principalmente na dissolução dos ditos “modelos ideias”, fixados culturalmente nos ambientes escolares, que partem da normalização dos alunos e conseqüentemente identidades diferenças que permeiam as relações sociais e produzem, direta ou indiretamente a inclusão ou exclusão.

Os ambientes escolares inclusivos têm como princípio a não eleição de uma identidade como privilegiada das demais. Ao contrário dos ambientes excludentes onde a identidade normal é vista como natural, sendo considerada positiva. Isto provém da maneira como o poder se manifesta na escola, Produzindo discursos acerca das maneiras de ser das identidades, elegendo uma que servirá de modelo pelo qual as outras serão hierarquizadas.

Esse poder que é detido pelos professores e gestores, dentro e fora da escola torna esta identidade permanente, estável, homogênea e universal, se desfaz quando confrontada pela perspectiva da inclusão que acredita que as identidades são inacabadas, transitórias. Com isso as características arbitrárias escolhidas para classificar os indivíduos em categorias ou grupos, não se encaixa no princípio da inclusão, no qual os alunos deve ser vista em sua totalidade e não pelo viés do modelo clínico da capacidade.

O papel do professor também é fundamental. Neste processo ele deve ser capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades de cada um do grupo. Esta é uma dificuldade real daqueles que trabalham com a inclusão, pois é um cuidado que se deve ter ao valorizar as diferenças como singularidade.

É preciso ter um conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de se manter em permanente atualização, buscar informações e aprender a selecioná-las são novas habilidades que o professor não pode deixar de desenvolver, assim como aperfeiçoar o conhecimento específico, conhecer

teorias pedagógicas e técnicas didáticas bastante variadas é fundamental. Mas atualmente é necessário ter mais do que isto, é preciso estar disposto a entrar em contato com o conhecimento em geral, com o que está acontecendo dentro e fora do meio, pressupondo uma atitude diferenciada.

Nessa mesma direção se faz necessário pensar, no contexto no qual estava inserida A, em um momento em que receber crianças com qualquer tipo de deficiência na rede pública era um desafio a ser encarado pelo corpo docente. Para além das mudanças físicas e pedagógicas que a escola precisou fazer há uma questão ainda maior para se refletir, o impacto na comunidade escolar diante da inclusão.

*A-...”a escola fez uma reunião com os alunos, pra mostrar que eu era diferente e que iria começar aparecer mais crianças diferentes e que eles teriam que **aprender a lidar com essas diferenças [grifo meu]**. Então aos poucos eu fui entrando de fato, mas nos primeiros dois meses foi bem complicado.”* (Excerto da entrevista)

A prender a lidar com as diferenças só passou a ser conteúdo da escola quando surgiram os primeiros alunos com deficiência, contudo penso nas demais diferenças que independem de um diagnóstico, tais como cor, etnia, opção sexual, etc. Embora as pessoas com deficiência já existam ao mesmo período de tempo que as demais diferenças em nossa humanidade. A imagem da pessoa com deficiência a ser desconstruída e construída, passou a fazer parte do papel de educar para a vida das escolas, lançando um olhar para a singularidade destes indivíduos. Evoco A que em sua fala mostra em que momento e em que circunstâncias pensar na história da pessoa com deficiência se fez necessário para o processo de inclusão.

*A - As crianças queriam me ver, eu parecia um ETZinho, as crianças de 6 e 7 anos, são muito jovens e vem de **famílias que nao estavam acostumados a conviver com a diferença [grifo meu]**. Eu sai no primeiro dia no recreio, e eu parei toda a escola, tiveram que me tirar, e levar pra sala dos professores, porque as crianças estavam muito em cima de mim. Não me deixavam brincar e nem fazer nada, foi assim uma descoberta.* (Excerto da entrevista)

2.1.1 Escola Inclusiva: o papel do professor na constituição do sujeito.

A inclusão escolar de alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, no Brasil, nos últimos anos, tem levado pesquisadores das mais diversas áreas a estudar e refletir o tema, tais como Claudio Baptista, Leila Nunes, Paulo Freire, Hugo Otto Beyer, entre outros. Os Estudos variam desde as políticas públicas educacionais até as práticas pedagógicas adaptadas e a formação de professores, passando por estudos sobre a subjetividade das pessoas com deficiência.

Neste sentido, considero importante compreender o “significado das representações que as pessoas têm sobre o pessoa com deficiência, e como esse significado determina o tipo de relação que se estabelece com ele” (GLAT, 1995, p.17).

Pois, como lembra Aranha (1994), “é no cenário das relações sociais interpessoais que se dá à apreensão do real, a construção do conhecimento, o desenvolvimento do homem, e a construção da subjetividade e da própria sociedade” (p.69-70).

Seguindo tal raciocínio, percebi que é através das interações sociais que a criança construirá as bases para o relacionamento social, que começa na primeira infância, com os primeiros contatos com a família, seus grupos próximos de amigos e futuramente com o grupo escolar . Ao longo do tempo experiências e valores culturais vão sendo compartilhados e construídos entre a criança e os demais membros dos grupos.

O que os professores e colegas de sala de aula demonstram a respeito dos sujeitos com deficiência, com os quais convivem, é de grande importância para que possamos entender como esses sujeitos vêm se constituindo no contexto atual de inclusão escolar. Conforme apontado por Glat (1989) é na interação social que o sujeito vai construindo sua identidade pessoal incluindo a presença do outro. O grupo social constitui o referencial a partir do qual o outro cria a sua identidade pessoal.

A presença do grupo social ou do “outro” aparece desde cedo como uma realidade cujo objetivo é ajustar ou normalizar o indivíduo. Aqueles que por opção ou circunstâncias não aderirem aos padrões de normalidade, que

não puderem se identificar como grupo social adquirirão em relação a este uma identidade fragmentada ou incompleta (GOFFMAN, 1988). Eles não serão reconhecidos e aceitos como membros efetivos do corpo social, e se tornarão pessoas marginalizadas ou estigmatizadas.

No caso das pessoas com deficiência, o paradigma inclusivo tenta romper com essa fragmentação buscando a partir da inclusão benefícios e potenciais para todos os envolvidos. Segundo Góes (2004), a construção da significação de si e as noções de identidade e alteridade no processo de formação de sujeitos com deficiência são questões pouco consideradas na prática de inclusão escolar, e esse estranhamento acontece quando a escola depara-se com o desafio de incluir, como aconteceu com A :

*A - a escola fez uma reunião com os alunos, pra mostrar que eu era diferente e que iria começar aparecer mais crianças diferentes e que **eles teriam que aprender a lidar com essas diferenças [grifo meu]**. Então aos poucos eu fui entrando de fato, mas nos primeiros dois meses foi bem complicado.*

(Excerto da Entrevista)

Pensar numa escola inclusiva remete-nos primeiramente pensar que todos os sujeitos envolvidos nessa situação, sejam eles, professores, funcionários e colegas, caminham juntos para uma mesma direção. Ao passo que avanço em nas observações vejo que não é exatamente o que acontece. Vemos o sujeito com deficiência ocupando um lugar diferente dos demais colegas, em que atitudes de cuidado, descrença e muitas vezes indiferença, se fazem presente em seu cotidiano, tornando-o dependente de “outros” em suas atividades.

Sanches (2005) em estudo sobre uma educação inclusiva vem mostrar a importância dos pares no processo de aprendizagem.

A aprendizagem com os pares, bem conduzida, revela-se uma estratégia quase indispensável numa escola que se quer de todos e para todos, onde todos possam aprender com os instrumentos que se

têm, onde todos devem poder ir o mais longe possível, utilizando o seu perfil de aprendizagem que pode ser igual ou diferente do seu colega e mesmo do professor (p. 135-135).

O fato de termos a “deficiência” como um produto construído histórica e culturalmente, torna o processo de inclusão resistente àqueles que têm em seus princípios o conceito de normalidade, e consideram o sujeito com deficiência inapto a integrar-se aos demais.

Penso ser possível uma educação inclusiva e uma visão positiva do “outro” acerca do diferente quando a diversidade é aceita e cada ser humano pode ocupar o seu lugar no espaço constituindo-se plenamente em suas relações sociais. Quando isso não acontece processos de estigmatização e de exclusão são evidenciados.

2.2 Estigma, Representação e Posição Social

Analisar a pessoa com deficiência sob a ótica do indivíduo e sua representação social é, por consequência, uma tarefa ainda mais complexa, pois envolve a sua posição e relação com diferentes aspectos, sendo estes culturais, econômicos e históricos, que estão sempre à margem de algum acréscimo.

A complexidade desta análise passa pela análise da posição social do indivíduo enquanto homem sócio – histórico, que se constitui através de apropriações da realidade de gerações anteriores e nas relações com o outro. De acordo com a teoria de Vygotsky (2007), as qualidades únicas de nossa espécie, transformadas e realizadas nos contextos culturais e históricos, são determinantes para o processo de conhecimento e se refletem na capacidade de compartilhamento com o seu grupo social, assim como no entretenimento das experiências comuns.

A luz do pensamento de Vygotsky, Anache e Martinez (2007, p.47) afirmam: “o ser humano possui uma história social, na qual estão englobados elementos da cultura e uma história individual, os quais dizem respeito ao contexto relacional, que também é cultural [...]”

Parece consenso que o indivíduo com deficiência só ocupa um lugar social a partir do diagnóstico médico, convivendo com as limitações e superações que o diagnóstico implica.

Para Mittler (2003) o conceito de pessoa com deficiência relaciona-se a um modelo, construído historicamente e culturalmente por nossa sociedade. Para este autor, a ideia de defeito e as dificuldades que este impõe ao indivíduo estão centralizadas e localizadas no sujeito, e não nas proposições e limitações da sociedade. Acrescenta ainda:

Embora um modelo baseado no defeito seja rejeitado como uma explicação única, ela permaneceu bastante influenciável e afeta profundamente a política, a prática e as atitudes das pessoas (MITTLER, 2003, p.26)

Desta forma, todo o contexto da deficiência atua de forma direta e indireta, através da redução da posição social que o defeito provoca. Neste sentido Vigotsky (1983) e Mittler (2003) encontram-se em sintonia com Goffman (1988, p.15):

Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados, frequentemente de aspecto sobrenatural, tais como “sexto sentido” e “percepção”

Goffman (1988) utiliza o termo “estigma” para caracterizar o processo que se dá entre o indivíduo ou grupo que se diferencia da maioria e é por ela “rotulada” em sua diferença. O termo estigma foi criado, segundo o autor, pelos gregos, para nomear sinais corporais que evidenciavam “alguma coisa extraordinária ou má sobre o *status* moral de quem os apresentava” (Goffman, 1988, p. 11). O estigma leva a uma série de discriminações devido à crença de que alguém com determinadas características não é totalmente humano.

Tais discriminações, reduzem as chances do estigmatizado e anulam suas perspectivas de vida à medida que o discurso lhe imputa uma série de nomes como aleijado, incapaz, bastardo, anormal, que representam de maneira característica sem que se pense em seus significados originais (GOFFMAN, 1988), e o coloca na posição de estigmatizado em relação aos outros.

A consciência do defeito relacionado à valorização de sua posição social se converte para Vygotsky (1983) na principal força motriz do desenvolvimento psíquico. Assim, acrescenta o autor, “o que decide o destino, personalidade, em última instância, não é o defeito em si, mas suas consequências sociais” (p.44). Diante disso destaca o processo de estigmatização na vida das pessoas com deficiência como características perduráveis e consequências em todos os planos de sua vida.

O meio, no entanto, se configura como espaço onde se dão as relações entre estigmatizadores e estigmatizados, contudo as condições do mesmo determinarão o grau de dificuldade que a pessoa com deficiência terá ao acesso social. Beyer (2006, p.17) destaca que “os espaços sociais subestimam as potencialidades das pessoas com deficiência”, e acrescenta:

Socialmente predominam representações que fazem circular quadros normativos sobre os déficits e desvios dessas pessoas (com deficiência). Predominam as imposições sociais hegemônicas ditadas pelos grupos que se consideram balizadores dos critérios da normalidade (BEYER, 2006. P.17)

Neste sentido destaca que as relações sociais constroem-se conforme as pessoas com deficiência enfrentam as situações ao longo da vida. Quando o sujeito recebe um diagnóstico de deficiência, sua inserção no meio social se alicerça na existência ou não de preconceito, o que diretamente interfere no acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e nos demais espaços sociais aos quais o indivíduo pode/deseja pertencer. Para A, a inserção no ensino superior foi um marco na sua vida permeada por esses traços de estigma.

*A – “pois as crianças demonstram o preconceito do jeito que ela imagina, mas o **adulto com preconceito fere muito**, por mais que naquela época eu estivesse bem resolvida, estava construindo uma personalidade de universitária e isso gera insegurança. Lembro que na primeira semana eu precisei ver pra quem eu podia pedir as coisas, que na hora do xerox podia tirar pra mim, que iria entender e não pensar que eu estava me fazendo de coitadinha.”*

(Excerto da entrevista)

A insegurança do sujeito com deficiência na construção dos diálogos e das relações afetivas, pode ser oriunda dos discursos e da difícil inserção das

peças com deficiência em diversos campos em nossa sociedade, seja na escola, no trabalho e até no difícil acesso ao espaço, ajudam de alguma maneira a construir preconceitos, gerando incerteza das maneiras possíveis de estabelecer diálogo sem agredir verbalmente (involuntariamente) o sujeito com deficiência nas diversas situações cotidianas. Destaco uma fala de A quanto a inserção na universidade:

*A - Lembro eu quando entrei, na minha turma várias pessoas já ficaram pensando como que ela vai escrever, **fazer a redação. Meu grande receio era viver tudo que eu vivi no colégio [grifo meu].***

(Excerto da entrevista)

A luz da sua fala, vejo a importância de discutirmos a sensibilização dos indivíduos quanto a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Não para julgarmos os conhecimentos ou experiências com inclusão dos estudantes, mas para olharmos para as sensibilizações realizadas ou não realizadas nas instituições de ensino regular ou particular.

Estas de alguma maneira são determinantes e moldam os discursos enraizados nos contextos dos estudantes do ensino superior, para além dos conhecimentos dos indivíduos ditos normais para com as pessoas com deficiência, estão presentes outras questões, de cunho do acesso ao ambiente físico, que atualmente é denominada acessibilidade, que são necessárias para o processo de inserção/ inclusão das pessoas com deficiência nos mais diferentes níveis de escolarização e nos mais diversos ambientes.

2.3 Acessibilidade

A fala de A, ao longo da entrevista mostra alguns aspectos importante no processo de inclusão que lista das possibilidades de acesso ao ambiente, Conforto e Santarosa definem que:

A acessibilidade passa a ser entendida como sinônimo de aproximação, um meio de disponibilizar a cada usuário interfaces que respeitem suas necessidades e preferências e de potencializar a construção de um projeto emancipatório que traga em sua essência a ruptura com um modelo de sociedade que fixa limites, subordina e

exclui grupos de homens e mulheres dos coletivos inteligentes.
(2002.p.21)

Nesta direção a acessibilidade esta diretamente vinculada a autonomia do individuo, de maneira que a acessibilidade se torna essencial para que não só as pessoas com deficiência mas as pessoas em geral possam conquistar e manter sua independência em sociedade.

Desta forma, no “início do século XXI, o conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população” (NUNES; NUNES SOBRINHO, 2008, p. 270). Neste sentido a inclusão escolar de alunos com deficiência, em escolas públicas regulares, se da mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), que afirma a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado deve ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. (BRASIL, 1996).

*A - No meu bairro tem em torno de 6 ou 7 escolas, todas publicas e nenhuma a gente conseguiu, porque todos falaram da questão da acessibilidade, todos falaram que teriam de fazer construções, rever varias coisas, e que nao teria **possibilidade naquele momento [grifo meu]**.
(Excerto da entrevista)*

Na década de 90, mais especificamente em 1996, quando A estava a procura de escolas, haviam muitas incertezas por parte dos professores e educadores, ao que de fato era essa acessibilidade e o que ela envolveria. Volto as palavras de A, onde ressalta a falta de conhecimento quanto a sua limitação e o conceito de acessibilidade.

Lentamente a Inclusão de pessoas com deficiência está sendo implementada nas escolas da rede regular de ensino. No entanto, existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência, onde a realidade é que muitas escolas brasileiras e as famílias, não estavam na década de 90 preparados para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças.

*A - Acho que partia mais da Diretora entender que não precisava tanto, e enfrentar até os medos. Como era tudo muito novo, **eu fui a primeira criança com deficiência [grifo meu]**, partia da diretora entender isso, acho que teve abertura nesta escola, mas após um peregrinação.*

(Excerto da entrevista)

Mediante observações das dificuldades das famílias e das escolas em lidar adequadamente com crianças com deficiência física, sentiu-se a necessidade de ampliar os estudos a respeito do tema. Na busca de uma sociedade mais interativa nos deparamos com a acessibilidade um fator integrante do processo inclusivo constituindo um desafio a ser superado.

Figueiredo (2009, p.121), afirma que a Educação Infantil é a porta de entrada pra inclusão escolar, sendo “este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade.” Nesta mesma direção, ressalto que inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

Contudo evoco as palavras de A, a fim de poder ressaltar o quanto se faz importante o professor e o que ele entende por acessibilidade e deficiência na formação dos indivíduos com deficiência.

*A - Eu acho que foi o acompanhamento dos professores, nem me refiro as questões de adaptação e acessibilidade, porque eu nunca precisei de muita coisa, sempre o que eu precisava eu dava um jeito de fazer sozinha, **mais foi o acompanhamento dos professores de me mostrar que eu fazia parte daquela escola [grifo meu]**, independente de eu ser diferente, e que cada criança que entrar vai ficaria curiosa em saber o que tu tem, que eu não deveria ser grossa, mostrar que eu sou como qualquer pessoa e que se eu ficasse revoltada não ia adiantar em nada. Acho que foi essa base da educação, foi muito importante na primeira série, que me fez continuar, acho que se eu não tivesse essa base eu não teria nada.*

(Excerto da entrevista)

As mudanças relacionadas às políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, no Brasil, alcançou proporções maiores e mais visíveis nos últimos 10 anos. A Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 dispõe que toda escola deve promover um ambiente acessível, removendo todas as barreiras arquitetônicas e adequando todos os espaços de forma a atender a todos os seus usuários, sejam eles pessoas com deficiência ou não. (BRASIL, 2000), já o decreto nº 5.296/2004, estabelece critérios para a promoção desta acessibilidade. (BRASIL, 2004).

Segundo Bobbio (1992), as mudanças foram a partir do século XX, quando as pessoas com deficiências passaram a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, a primeira diretriz política aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo primeiro artigo diz “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direito”.(BOBBIO,1992,p.262).

Nos anos 80 e 90 declarações e tratados passam a defender a inclusão. A Constituição promulgada em 1988, traz no artigo 3º, inciso IV um dos objetivos fundamentais: “promover o bem para todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garante atendimento as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.”(BRASIL,1988,p.2). É preciso ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa parcial ou total, para o desempenho das atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarecemos que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condição e apoio adequados a suas características.

As mudanças relacionadas às políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência, no Brasil, alcançou proporções maiores e mais visíveis nos últimos 10 anos. A Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 dispõe que toda escola deve promover um ambiente acessível, removendo todas as barreiras arquitetônicas e adequando todos os espaços de forma a atender a todos os seus usuários, sejam eles pessoas com deficiência ou não. (BRASIL, 2000), já o decreto nº 5.296/2004, estabelece critérios para a promoção desta acessibilidade. (BRASIL, 2004).

Neste período, em 2000, que propõe essa acessibilidade A estava cursando os anos finais do ensino fundamental, contudo evoco novamente as palavras de A, quando refere-se ao atendimento recebido na escola, relacionado a acessibilidade principalmente do empenho da instituição de promover esse acesso. Em um momento em que a possibilidade de promover a Inclusão de pessoas com deficiência era uma discussão muito pouco recente nas escolas, principalmente no que se refere a estratégias arquitetônicas e didático pedagógicas para atender estas crianças.

A - Pra subir na cadeira precisava de um banquinho, então eles construíram um banquinho, a escada eles viram que não é problema, pois minha casa tem dois pisos, então eu já estava habituada, menos uma coisa, de qualquer forma colocaram uma rampa no patio, porque eles estavam com medo, porque tinha muita criança, de me empurrarem e eu rolar das escadas.

(Excerto da entrevista)

Penso que para promovermos a acessibilidade é necessário se pensar, não somente nas mudanças físicas e arquitetônicas do espaço, como relata A, mas no significado da acessibilidade para os encontros e desencontros entre os indivíduos. Um exemplo prático: quando passamos por uma loja e sentimos vontade de entrar, é porque em algum momento para o nosso olhar ela pareceu atrativa, convidativa, fácil de percorrer. Para o pessoa com deficiência este espaço precisa ter um sentido, para além do incluir no espaço. Assim, Duarte e Cohen (2010) alertam-nos para a acessibilidade como um conceito muito maior, conduzindo-nos para um sentimento de pertencimento do sujeito ao ambiente.

Este conceito destaca a importância de o indivíduo com deficiência apropriar-se dos espaços, dos instrumentos do espaço, da liberdade que aquele espaço pode lhe oferecer, mais do que se pensar na acessibilidade como cumprimento de lei e adequação do espaço, a acessibilidade nos revela o quão é importante a experiência emocional e social do indivíduo em relação aos espaços que de fato ocupa ao longo de sua vida.

No ambiente escolar, foco deste estudo, esta acessibilidade é fundamental, para que, considerando o valor e importância do estudo na vida

do sujeito na sociedade contemporânea, seja possível, de fato promover a inclusão no sentido mais afetivo e responsável que este termo possa ter. A acessibilidade não é, portanto, um passo inicial para que a inclusão aconteça, mais do que isto, a acessibilidade é pré-requisito de uma escola e sociedade inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o debate sobre inclusão tenha como uma de suas vantagens o destaque de novas possibilidades para intervenção educativa, em sentido amplo. É justamente esse movimento de colocar em questão o papel da escola e questionar-se, quanto às práticas educativas e inclusivas para os sujeitos com deficiência, que se torna a chave que contextualiza e redimensiona o fazer docente.

A vida de A nos mostra o quanto uma educação, mesmo que não seja idealmente inclusiva, pode proporcionar caminhos, ferramentas para o desenvolvimento do sujeito. A nos mostra uma realidade de um processo inclusivo que como tal é complexo, multidimensional e que estreita as relações escola-família-sociedade. Falar em inclusão não pode se restringir apenas aos aspectos educacionais.

O processo ou movimento de inclusão tem origens que decorrem dos limites dos mecanismos de identificação dos sujeitos com deficiência, das críticas aos mecanismos excludentes das escolas e da sociedade, em destaque, às alternativas de *atenção* e de transformação nas concepções de práticas educativas e de saúde com essa população marginalizada durante décadas.

Neste sentido, a inclusão tem colaborado para uma discussão relativa aos limites da escola e na identificação de mudanças multidimensionais que ultrapassam o universo educativo. Hoje a relação educação-saúde tem se estreitado, já não mais como opositoras aos modelos preconizados no final do século XX mas como parceiras na busca de alternativas e soluções alicerçadas no respeito e no potencial dos sujeitos.

A inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular pode contribuir para que nos questionemos sobre a real capacidade da escola e dos sistemas educacionais em geral, no sentido de promover a educação dos alunos, não somente os com deficiência, mas todos. As mudanças e transformações necessárias transcendem o nível da didática, exigindo uma discussão sobre as possibilidades e os limites do ato de ensinar, que exigem investimento contínuo e dependem, em grande parte de projetos político-pedagógicos que sustentem as mudanças, tanto legislativas, educacionais e dos fazeres docentes.

Flexibilidade e compromisso, creio eu, que sejam os pilares que sustentam os fazeres docentes para as pessoas com a educação de pessoas com deficiência. Uma educação integradora/inclusiva deve aproximar-se da educação diferenciada, no sentido proposto por Perrenoud (2000), acolhendo a flexibilidade nos percursos e intensificando o ensinar e o aprender, através de estratégias que permitam intensa individualização. Neste sentido o compromisso passa a ser representado pelas metas discutidas com os interessados neste processo inclusivo.

Para a consolidação de uma escola inclusiva, ainda há muito para construir, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade. Percebe-se que muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação e o desenvolvimento das crianças com deficiência física na educação.

Assim, o compromisso do educador tem como base a sua apropriação de seus próprios instrumentos e recursos; o diálogo, a observação, a negociação e a avaliação. Estes desafios permitem que o educador, e as demais pessoas que se dedicam ao educar, discutir os limites da educação especial e educação com veemência.

Para concluir, quero colocar em destaque dois múltiplos sentidos atribuídos ao movimento de educação inclusiva/integradora: impulsionar que continuemos a questionar os ideias e as práticas educativas em inclusão, e fomentar as discussões acerca das habilidades docentes em construir fazeres docentes flexíveis e inspiradores.

REFERENCIAS

ARANHA, M.S.F. A integração social da pessoa com deficiência: análise conceitual e metodológica. Mesa redonda: "A questão da integração da pessoa com deficiência". XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto: S.P., 1994.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades especiais. Porto Alegre: mediação, 2006.

BOBBIO, Noberte. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 42. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

CONFORTO, Débora e SANTAROSA, Lucila M. C. Acessibilidade à Web : Internet para Todos . Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS. V.5 N° 2 p.87-102. nov/2002

DISCHINGER, M; MACHADO, R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares Acessíveis. : Inclusão. Revista da Educação Especial, Secretaria de Educação especial. Brasília: SEE, v.1, n.1, p.14-17, jul//2006.

DUARTE.Cristiane Rosa; COHEN, Regina. Acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, Sheila Walbe; ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de; LOPES, Maria Elisabete (Orgs). **Desenho Universal:** caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo, Annablume, 2010.p.81-94.

FIGUEIREDO, R. V. A educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação. Revista Brasileira de Educação, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, jan.-abr.2009.

GLAT, Rosana. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

_____. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GÓES, M.C.R. Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman (orgs). Políticas e práticas da educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 69 – 91.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

JANNUZZI, G. *A Educação do pessoa com deficiência no Brasil (dos primórdios ao início do século XXI)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. Front Cover. Gilberta S. de Martino Jannuzzi. Cortez Editora, 1985.

LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Lei 8.213, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/07/lei-que-regula-a-contratacao-de-pessoas-com-deficiencia-completa-21-anos>.

Lei 10.098/2000 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e Política Públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, Peter *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre, Artmed, 2003. 246 p.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. *Acessibilidade*. In: BATISTA, Claudio; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. (org). **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre. Mediação, 2008. P. 269 – 279.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: das intenções a ação*. Porto Alegre. Artes Médicas. 2000.

SANCHES, I. *Compreender, Agir, Mudar, Incluir*. Da investigação-acção à educação inclusiva. In: Revista Lusófona de Educação, n.005. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal. , 2005. pp. 127-142.

VYGOTSKY, Lev S. **Obras Escogidas** Tomo V. Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor Distribuciones S.A., 1983.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

ONU. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.acessibilidadeweb.com/luso/convencao.pdf>.